

Resenha bibliográfica

Análise do modelo brasileiro

PEDRO MALAN *

JOHN WELLS **

FURTADO, Celso — *Análise do Modelo Brasileiro* (Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972), 122 pp.

Até o presente, tem sido limitado o debate suscitado pelos trabalhos não apologéticos sobre a experiência brasileira dos anos 60.¹ O último livro de Furtado é por certo o mais influente, e está destinado a estimular consideravelmente o debate. Sua condição de *best-seller* constitui clara indicação do interesse que desperta a controvérsia acerca dos rumos do capitalismo caboclo.

Nesta nota, presumimos que o leitor tenha um mínimo de familiaridade com o livro em questão, e não procuramos escrever uma resenha bibliográfica no estilo convencional. Na verdade, tentaremos mostrar que a essência da argumentação de Furtado pode ser apresentada através de um simples modelo macroeconômico do tipo Kalecki-Robinson,² em termos do qual é possível obter uma

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

** Da Universidade de Cambridge, Inglaterra.

¹ Ver, por exemplo: M. C. Tavares e J. Serra, "Más Alla del Estancamiento: Una Discusión Sobre el Estilo de Desarrollo Reciente", *El Trimestre Económico*, (out.-dez. de 1971); M. C. Tavares, "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente", mimeog., Rio, setembro de 1971; Albert Fishow, "Some Reflections on Brazilian Economic Policy after 1964", *Working Paper*, n.º 19, Universidade da Califórnia: Berkeley; Paulo Singer, "O Milagre Brasileiro: Causas e Conseqüências", *Cadernos Cebrap*, n.º 6; Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Notas para uma Revisão Teórica", *Estudos Cebrap*, vol. 1; Edmar Bacha, "El Subempleo, el Costo Social de la Mano de Obra y la Estrategia Brasileña de Crecimiento", *El Trimestre Económico*, (out.-dez. de 1971).

² M. Kalecki, *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, (Cambridge: University Press, 1971); J. Robinson, *The Accumulation of Capital*, (New York: MacMillan, Livro V, 3.ª edição, 1965).

visão ordenada de uma análise cujos elementos estão frequentemente dispersos. Desta forma, esperamos superar as limitações de um breve sumário e focalizar a atenção no que consideramos os supostos implícitos e as principais deficiências da análise.

Concentramos esta nota naquilo que há de realmente novo nesta obra: a análise de curto prazo dos fatores e políticas responsáveis pela recuperação da economia brasileira após 1967/68 e a caracterização dos “requisitos” de longo prazo para que se mantenha a presente expansão. Entretanto, tal análise é fortemente condicionada pelas implicações da ampla perspectiva histórica de Furtado no que diz respeito ao processo de diversificação da demanda e de acumulação de capital em uma economia caracterizada por um excedente estrutural de mão-de-obra. Assim, a próxima seção apresenta aquilo que julgamos a essência desta visão histórica, pelo lado da demanda e pelo da oferta. A seção seguinte discute a nova estratégia de desenvolvimento tal como vista por Furtado, introduzindo o modelo que acreditamos estar implícito em sua análise de curto prazo. A última seção discute as implicações da peculiar perspectiva de Furtado para longo prazo.

A perspectiva histórica: tendência secular ao subconsumo

Para Furtado, aquilo que se convencionou chamar de processo de “modernização” das sociedades subdesenvolvidas é, essencialmente, um processo de diversificação imitativa dos padrões de consumo por parte do reduzido grupo de altas rendas que se apropria dos incrementos de produtividade média do sistema.³ Na fase de “desenvolvimento para fora”, tais incrementos provinham da especialização no quadro da divisão internacional do trabalho e a demanda por parte do grupo de altas rendas era atendida por importações. A segunda fase, o chamado processo de substituição de importações, pode ser visto com a transferência desta descontinuidade no perfil da demanda para a estrutura do aparato produtivo

³ Para uma elaboração do argumento, ver Furtado, “Dependencia Externa y Teoría Económica”, *El Trimestre Económico*, (abril-maio de 1971).

interno. A terceira fase — em que se encontraria presentemente o Brasil — surge quando instalado um complexo parque industrial e é o “condicionamento” das formas de consumo do grupo de altas rendas que se constitui no elemento dinamizador do sistema.⁴ Tal atividade seria desempenhada em grande parte pelas empresas internacionais que controlam a assimilação do progresso tecnológico na introdução de novos produtos e de novos processos de produção.

Pelo lado da oferta, a ênfase é um processo histórico de acumulação de capital em condições de uma oferta perfeitamente elástica de mão-de-obra a uma dada taxa de salário real. Este “traço fundamental da economia brasileira” (p. 71) faz com que, segundo Furtado, não se forme no Brasil o “vínculo causal entre aumento de produtividade e aumento da taxa de salário que parece constituir a engrenagem básica da economia capitalista industrial moderna” (p. 27).⁵ Trata-se de um modelo clássico (Ricardo), em sua variante a la Lewis para uma economia dual. A oferta elástica de trabalho mantém a taxa de salário real no setor capitalista constante e vinculada ao salário de subsistência que prevalece no setor tradicional.⁶ A constância do salário real em condições de aumentos de produtividade, devidos à penetração de progresso técnico, economias de escala e prévia acumulação, alimenta o processo de concentração da riqueza e da renda. Assim, para Furtado “o sistema econômico brasileiro possui mecanismos internos que atuando

⁴ Ver Furtado e Maneschi, “A Simulation Model of Development and Stagnation in Brazil”, para uma caracterização das três fases.

⁵ Aqui, como em outros trabalhos seus, Furtado vê o progresso tecnológico poupador de mão-de-obra como o instrumento através do qual a classe empresarial dos países capitalistas hoje desenvolvidos se defendeu — bem sucedidamente — das pressões sobre custos — e lucros — derivadas da escassez relativa de mão-de-obra e da luta dos sindicatos operários para aumentar sua fatia no produto nacional.

⁶ O mesmo modelo está implícito no outro ensaio apresentado neste livro, sobre a “Estrutura Agrária no Subdesenvolvimento Brasileiro” — anteriormente publicado no *El Trimestre Económico* (n.º 151, 1971) e onde Furtado enfatiza o papel desempenhado pela estrutura de propriedade da terra na geração do excedente estrutural de mão-de-obra, pp. 106-107. Para uma crítica do modelo dual ver F. de Oliveira, *op. cit.*

pelo lado da oferta provocam a concentração funcional da renda em benefício do capital” (p. 47).⁷

A justaposição destas visões históricas do processo pelo lado da demanda e da oferta leva a uma inevitável implicação que está presente em toda a análise posterior de Furtado e que possui traços bem definidos de uma teoria de subconsumo, i.e., um sistema capitalista com as características estruturais esboçadas acima não tem condições de — espontaneamente — gerar o nível e a composição da demanda adequados para a utilização de sua capacidade produtiva potencial.⁸

Tal observação pode parecer óbvia a alguns. Afinal, é bem sabido, e Furtado o repete, que “a economia capitalista industrial somente funciona regularmente se aos gastos induzidos pelo fluxo de pagamentos efetuados aos fatores de produção adicionam-se outros, autônomos, que são da competência dos empresários e do Governo ou se originam no exterior” (p. 61). Entretanto, é importante observar que as reduções no nível de atividade, neste tipo de economia, são tipicamente analisadas em termos da volatilidade da variável investimento, que pode ser significativamente independente do nível e da composição da demanda de bem de consumo final. Assim a intervenção governamental freqüentemente assume a forma de uma política de incentivos àquela variável.

O modelo conceitual de Furtado coloca em questão a suposta estabilidade da função consumo, na verdade considerando-a, implicitamente, mais instável que a função investimento. Como veremos posteriormente, Furtado parece supor que a classe empresarial é dada ao hábito de acumular capital a uma taxa marcada-

⁷ A essência do argumento não se altera se a taxa de salário real não é suposta constante. O importante é que esta cresça menos rapidamente que a produtividade do trabalho. Ver P. Singer, *op. cit.*

⁸ Em termos gerais, a abordagem de Furtado é semelhante à dos teóricos do subconsumo nas economias “maturas”; supõe-se como ponto pacífico, a tendência secular ao subconsumo (expressa em desemprego e subutilização de capacidade) e centra-se a análise nas forças que a estariam contrarrestando. As conhecidas obras de P. Sweezy e P. Baran constituem exemplos deste tipo de abordagem. Ver J. Steindl, *Maturity and Stagnation in the American Economy*, (Oxford, Blackwell, 1952).

mente constante. O que é original em sua análise, portanto, é a ênfase no papel da intervenção do Estado no sentido de influenciar o nível e a composição do dispêndio em consumo.

Sem embargo, na perspectiva de Furtado, cabe ao Estado não apenas a solução de um *problema de curto prazo*, como seja assegurar a utilização da capacidade já instalada através de estímulo à demanda por consumo, como também a solução do *problema de longo prazo*, i.e., adequar constantemente o perfil da demanda a uma estrutura da oferta que — ela mesma, em sua evolução — não tem condições de gerar o nível e a composição da demanda adequados à sua sustentação.

A análise de curto prazo

Segundo Furtado, o problema fundamental da “nova estratégia de desenvolvimento”, da segunda metade dos anos 60, “consistia em criar condições para a retomada do processo de industrialização a partir do complexo industrial de que se dotara o País e que vinha sendo amplamente subutilizado” (p. 37). A estratégia seguida foi para Furtado “relativamente simples” (p. 38) e resumiu-se nas seguintes linhas de ação: a) reorientação do processo de concentração da riqueza e da renda; b) redução da taxa de salário real básica com respeito à produtividade média do sistema e, c) estímulo à exportação de produtos industriais.⁹

Com tal caracterização da “estratégia de desenvolvimento”, Furtado parece incorrer em uma conhecida falácia do tipo *post hoc*

⁹ Para Furtado, a primeira linha de ação era requerida não tanto para favorecer a formação de capital fixo, mas no sentido de promover a ampliação do mercado de consumidores de bens duráveis. A segunda linha de ação envolve o suposto *trade-off* entre taxa de salário e folha agregada de salários e se destinava, em última análise, a regular o crescimento da segunda, sendo o elemento diretor a política de emprego, mas mantendo-se a condição fundamental: taxa de salário crescendo menos que a produtividade média do trabalho. A terceira linha de ação visaria a “aliviar os setores produtivos que enfrentam insuficiências de demanda” de natureza conjuntural (indústrias tradicionais) ou estrutural (indústrias onde a tecnologia exige uma escala de produção que supera as dimensões do mercado), pp. 38-39.

ergo propter hoc. Na verdade, uma observação *ex post* (1972) indica que entre duas observações (1960 e 1970) realmente ocorreu uma reorientação da riqueza e da renda no sentido indicado por Furtado.¹⁰ Que entre 1964 e 1970 o salário mínimo declinou em termos reais no que respeita à produtividade e, por último, que as exportações, após 1968, responderam significativamente ao sistema de incentivos e à nova política cambial. Entretanto, supor que tais resultados corresponderam a um cômico desígnio de política econômica — formulado em termos de uma coerente estratégia — é supor uma relação unívoca entre intenções e resultados, que tanto a metodologia das ciências sociais quanto a experiência dos cientistas sociais ensinam a encarar com extremo cuidado.

Na verdade, a possibilidade de distinguir dois subperíodos (1964-1967 e 1967 até o presente) em termos de ênfases distintas na orientação de política econômica não só pode como deve ser objeto de maior atenção,¹¹ e se desejado fosse imputar uma “estratégia” ao período 1964-1967, esta deveria ser expressa em termos da extrema importância que se atribuiu, na teoria e na prática, à política antiinflacionária e à “correção” de certos preços¹² para assegurar a longo prazo uma maior importância alocativa ao sistema de preços de mercado. Assim é que hoje se acumula evidência¹³ de que foram a forma pela qual se buscou o controle da inflação — em particular, o *bias* antitrabalhista que a infor-

¹⁰ Ver, por exemplo, A. Fishlow, “The Brazilian Size Distribution of Income”, *American Economic Review*, (maio de 1972); R. Hoffman, “Tendências de Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico”, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, *Série Estudos*, n.º 13, 1972; R. Hoffman e J. C. Duarte, “A Distribuição da Renda no Brasil”, *Revista de Administração de Empresas*, (junho de 1972).

¹¹ A bem da verdade, Furtado dedica uma nota de rodapé a este aspecto, p. 39, e volta ao tema *en passant* na p. 52. As implicações desta distinção, contudo, não são desenvolvidas no trabalho.

¹² Liberação relativa dos aluguéis e preços de insumos básicos, (aço, energia e petróleo), eliminação dos subsídios a serviços públicos e a certas importações, por exemplo.

¹³ Ver Fishlow, “Some Reflections on Brazilian Economic Policy after 1964”.

mou — e o recurso súbito a um peculiar arremedo de liberalismo, que tiveram como consequência no período 1964-1967 os resultados a) e b) acima considerados por Furtado como definidas linhas de ação no quadro de uma estratégia global.¹⁴

Após 1967, a política econômica assumiu um caráter mais heterodoxo, e seu acentuado caráter pragmático permitiu-lhe fazer face ao “problema fundamental” a que se referiu Furtado (ver o início desta seção).

A forma pela qual Furtado analisa este feito é melhor apresentada e comentada no contexto do modelo apresentado a seguir, que apesar de extremamente simples, acreditamos representar a essência de seu argumento para o curto prazo. O produto potencial do setor industrial pode ser expresso como a soma algébrica do produto da indústria de bens não-duráveis de consumo (C_1), da indústria de bens de consumo durável (C_2), e da indústria de bens de capital (I):

$$Y_{\text{POT}} = C_1 + C_2 + I \quad (1)$$

A distinção entre C_1 e C_2 é de grande importância para o argumento. Se bem que a oferta seja admitidamente elástica no curto prazo, devido à existência de capacidade ociosa, “não se trata”, segundo Furtado, “de simples criação de demanda efetiva de estilo Keynesiano, pois a existência de capacidade ociosa não é fenômeno generalizado, concentrando-se no setor de bens duráveis de consumo e complementares (p. 83), i.e., C_2 .”

A renda é dividida entre salários (W) e lucros (P). Os trabalhadores recebem o total da folha de salários ($W_1 = W$). Os proprietários dos meios de produção recebem a maior fatia dos lucros, P_1 . A classe média alta recebe renda sob forma de vencimentos acima da média (W_2) que, na verdade, são provenientes dos lucros totais.¹⁵ mais uma proporção destes, P_2 , derivada de sua propriedade de ativos financeiros — haveres sobre lucros.

¹⁴ A linha de ação c) — estímulo às exportações, não foi definida como estratégia e implementada na prática senão a partir de 1967/68.

¹⁵ Como em algumas versões do modelo de Kalecki, *op cit.*, em que os salários de outros que não trabalhadores diretamente engajados na produção são considerados parte do *overhead*, ou “excedente”.

$$Y = W + P \quad (2)$$

$$W = W_1 \quad (3)$$

$$P = P_1 + P_2 + W_2 \quad (4)$$

Ao considerarmos o lado da demanda, podemos fazer a hipótese simplificadora de que os trabalhadores gastam toda sua folha de salários em bens de consumo não-duráveis (equação 5) e que a classe média superior utiliza toda sua renda na aquisição de bens de consumo duráveis (equação 6).¹⁶ Os capitalistas, ou os proprietários dos meios de produção, dispõem de sua renda proveniente de seus lucros, parte em bens duráveis do consumo kP_1 , e parte em despesas de capital $(1-k)P_1$. Estas suposições correspondem à crença de Furtado em “um perfil da demanda caracterizada por um desnível considerável entre os padrões de consumo de massa e de uma pequena minoria” (p. 30). As funções de demanda de C_1 , C_2 e I são, portanto, em sua forma mais simples:

$$C_1 = W_1 \quad (5)$$

$$C_2 = W_2 + P_2 + kP_1 \quad (6)$$

$$I = (1 - k) P_1 \quad (7)$$

De (4), (6) e (7)

$$C_2 + I = P \quad (8)$$

A condição para a utilização plena da capacidade, $Y_{POT} = Y$, no setor industrial, assumindo que a capacidade produtiva não cresce ao longo do tempo, e, para um dado nível de investimento de reposição (I_R) e de C_1 , será,

$$(C_2 + I_R) = P \quad (9)$$

¹⁶ A suposição de que a classe média alta não necessita poupar para adquirir ativos financeiros tem a sua justificação, dado que, sob o presente arranjo institucional, a simples condição de pagador de imposto de renda assegura a propriedade e a acumulação destes ativos.

Vale dizer, a realização dos lucros depende do dispêndio dos capitalistas e da alta classe média, seja em investimento, seja em aquisição de bens duráveis de consumo.¹⁷

De acordo com Furtado, devido a condições estruturais relacionadas à oferta de trabalho, há uma tendência de longo prazo para $\left(\frac{P}{Y_{t+1}}\right) > \left(\frac{P}{Y_t}\right)$, ou seja, para os lucros aumentarem como proporção da renda ao longo do tempo. Adicionalmente, há também uma tendência para $P > C_2 + I$, ou seja, para a não realização dos lucros sob a forma de dispêndio dos capitalistas e da alta classe média.¹⁸ A equação (9) assumiria então a forma:

$$kP_1 + (\bar{P}_2 + \bar{W}_2) + \bar{I}_R < P \quad (10)$$

i.e., para um dado nível de consumo da classe média alta $(\bar{P}_2 + \bar{W}_2)$ e para um dado nível de investimento \bar{I}_R , o consumo dos capitalistas não é suficiente;¹⁹ na expressão de Furtado, “o diferencial (entre o salário real e a produtividade) dá lugar a um incremento relativo do excedente que se permanecesse em mãos da reduzida classe de proprietários de bens de produção criaria problemas de insuficiência de demanda efetiva e de tendência à exportação de capital” (p. 53). Mais especificamente, Furtado sugere que o impacto deflacionário acarretado por esta tendência à crise de realização dos lucros é sentido particularmente no setor de bens de consumo durável (C_2). Assim, em 1964, o produto

¹⁷ “It is clear that capitalists may decide to consume and to invest more in a given period than in the preceding one, but they cannot decide to earn more. It is therefore their investment and consumption decisions which determine profits and not *vice versa*” M. Kalecki, “Theory of Economic Dynamics” (Edição de Monthly Review Press, 1968), p. 46.

¹⁸ A expressão “crises de realização” freqüentemente encontrada no trabalho de M. C. Tavares e J. Serra, *op. cit.*, pode ser interpretada no mesmo sentido. Ver N. Kaldor, “Alternative Theories of Distribution”, em *Essays in Value and Distribution*, Londres: Glencoe, (1960).

¹⁹ Para uma estimulante discussão acerca do papel do *deficit* do governo e do *superavit* do balanço de pagamento como fontes “externas” de realização de lucros e, portanto, como formas de contornar o problema de subconsumo, ver Kalecki, *op. cit.*, particularmente os Capítulos VII e XIII.

potencial do setor industrial excedia o produto real e isto era particularmente verdade no setor C_2 : $Y_{POT} > Y$ e $C_{2\ POT} > C_{2\ REAL}$.

A análise de Furtado é essencialmente uma descrição da maneira pela qual o setor moderno procedeu no sentido da plena utilização de capacidade a partir de 1967/1968. O processo de investimento é relegado a uma posição secundária e a recuperação não é o resultado de um incremento nesta componente da demanda. Ao contrário, a recuperação ocorre como resultado de um crescimento nas despesas autônomas do governo G e de uma elevação — também autônoma — do dispêndio em bens de consumo durável.²⁰ Assim, as altas taxas de crescimento a partir de 1967/68 são vistas como, principalmente, devidas à utilização de capacidade — previamente ociosa — deste setor. Em termos do nosso modelo (Eq. 6):

$$C_{2\ REAL} = kP_1 + P_2 + W_2 < C_{2\ POT}$$

Segundo a interpretação de Furtado, o principal resultado do programa de estabilização foi incremento relativo da renda da classe média alta ($P_2 + W_2$) de forma a estimular o dispêndio em C_2 .

Em primeiro lugar, o programa de estabilização com ênfase na contenção do salário mínimo teve o efeito de elevar a proporção W_2/W_1 ²¹ (onde W_1 e W_2 constituem rendimentos pagos sob a forma de salários e vencimentos), dado que tal programa foi mais efetivo no sentido de controlar o salário nominal de trabalhadores de baixo nível de remuneração.²² Esta redistribuição de renda, dentro da estrutura de renda paga sob a forma de salários, teve o efeito de concentrar renda nas mãos de um grupo social cuja demanda era orientada para o setor produtor de bens de consumo

²⁰ Furtado, p. 52, nota n.º 44.

²¹ "Uma política de renda visando a elevar relativamente os salários superiores..." Furtado, p. 49.

²² "... nas fases de expansão, os salários dos quadros médios e superiores crescem mais rapidamente que a renda média da população. Essa tendência se agrava nos anos recentes, em razão da contenção do salário básico", Furtado, p. 49.

durável, permitindo uma injeção de dispêndio autônomo neste setor. Tendo em vista que nosso modelo considera os salários da classe média alta como provenientes dos lucros totais, um aumento em W_2/W_1 com $(P_1 + P_2)/Y$ constante implica uma redução na proporção da renda apropriada pela classe trabalhadora (W_1/Y), o que explicaria o severo impacto deflacionário no setor das indústrias “tradicionalistas”.²³

Em segundo lugar, a proporção P_2/P aumentou através da provisão de crédito para a compra de bens duráveis de consumo C_2 ; este crédito pode ser visto como uma transferência dentro da categoria lucros da parte dos proprietários dos bens de produção para os consumidores da classe média alta: “Tudo indica que o aumento do produto foi utilizado para financiar a expansão do consumo de bens duráveis...” (p. 58) ou adiante, “estamos, assim, em face de uma variante de economia capitalista em que é a própria remuneração do capital (ou a apropriação do excedente) que alimenta a demanda de bens finais originários das indústrias em que mais rápido é o progresso técnico” (p. 61). Tal fato não implica uma queda em P_1 (lucros percebidos pelos proprietários

²³ A análise em termos do modelo acima, considerando a renda da classe média alta como proveniente dos lucros, permite esclarecer a controvérsia entre Furtado e M. C. Tavares—J. Serra, ver Furtado, p. 52. Para Furtado a redução da taxa do salário mínimo real é um fato mas não há “base para afirmar que esta haja de alguma forma facilitado a retomada da expansão”, p. 52. M. C. Tavares—J. Serra, por outro lado, argumentaram que foi exatamente este aumento na taxa de exploração que permitiu a recuperação da economia. Em nosso modelo, uma compreensão do salário levando a uma redistribuição da renda dentre aqueles que a recebem sob a forma de salários é equivalente a um aumento em P/Y (já que os salários da classe média alta provêm dos lucros), ou seja, a um incremento na taxa global de exploração. Neste sentido Furtado e M. C. Tavares—J. Serra estão afirmando essencialmente a mesma coisa. Furtado é consistente com seu modelo implícito ao enfatizar (ver eq. 10) o fato de que mesmo que P/Y aumente, um aumento em P_2/P é essencial para assegurar um apropriado nível de dispêndio. Um aumento em W_2/W_1 é importante na medida em que altera a composição da demanda final em favor de C_2 . Não obstante, M. C. Tavares e J. Serra procuram considerar o efeito de um aumento na “taxa de exploração” não apenas sobre o consumo mas também sobre a taxa de investimentos.

dos meios de produção). Trata-se de um mecanismo através do qual tais lucros podem ser ainda maiores à medida que o setor industrial aumente o nível de utilização de capacidade, já que $P_1 = f(Y_{\text{POT}}/Y)$, com supostamente $f' > 0$. Deve-se observar, entretanto, que Furtado não considera os possíveis efeitos de um aumento em P_1 sobre o investimento privado.

É importante aqui chamar a atenção para o fato de que, por simplicidade, nós supomos anteriormente que o consumo da classe média alta representava a disposição integral de sua renda corrente: $C_2 - kP_1 = P_2 + W_2$ (Eq. 6). Na verdade, a função consumo desta classe é mais complexa e a análise de Furtado, em particular, implica que o consumo desta classe é uma função de sua renda permanente, i.e., $C_2 - kP_1 = f(Y^p) = f(P_2^p, W_2^p)$, que, como é sabido, pode ter elementos regressivos (quando dependente de níveis de renda experimentados no passado) e extrapolativos (quando dependente de expectativas quanto aos fluxos futuros de renda). Furtado sugere que a política econômica governamental operou principalmente sobre a componente extrapolativa da renda permanente da classe média alta, criando expectativas extremamente otimistas quanto à sua renda futura e à sua capacidade de repagamento de empréstimos.²⁴ Ao mesmo tempo, a política governamental também minimizou a influência da experiência prévia na percepção da renda permanente.²⁵

O que importa assinalar aqui é que as medidas governamentais destinadas a aumentar a renda permanente da classe média alta via neutralização dos efeitos da inflação e organização do mercado financeiro tiveram o efeito, segundo implícito na análise de Furtado, de elevar o nível de dispêndio (em bens de consumo durável), não se expressando em alteração sensível em termos de propensão média a poupar da classe média alta, nem tampouco afetando de modo significativo a taxa de investimento.

²⁴ Tal efeito conseguido através do incremento na falta dos lucros no produto e do estímulo à distribuição de ações e ao aumento do número de proprietários das mesmas.

²⁵ Os instrumentos utilizados para tal consistiram no restabelecimento de uma taxa de juros positiva em termos reais e no conseqüente fim à erosão do valor real dos ativos e da poupança da classe média alta.

Entretanto, Furtado chama a atenção para o fato de que há limites a este processo de reorientação de parte dos lucros para fins de dispêndio em consumo por parte da classe média alta: “se se leva demasiado longe essa política, a criação de novos empregos será insuficiente, agravando-se o dualismo estrutural que existe na economia” (p. 53). Em termos de nosso modelo, é necessário atuar sobre a expansão da folha de salários dos trabalhadores ($W_1 = wL_1$) de forma a assegurar a utilização de capacidade das indústrias produtoras de bens de consumo não-durável (C_1). Assim, o Estado “a quem cabe assegurar que a criação de novos empregos não desça abaixo de uma certa cota crítica” (p. 53) se apropria — via taxaço — de uma parte dos lucros totais e procura, através de sua política de gastos, neutralizar os efeitos depressivos da concentração de renda sobre as indústrias tradicionais via criação de emprego (L_1).²⁶

Assim, para Furtado, a elevada taxa de expansão que se obteve no Brasil a partir de 1968 se deve à “ampliação relativa e absoluta do mercado de bens duráveis de consumo, articulada a uma política de criação de emprego e de subsídios à exportação” (p. 63). E nesta ordem, a julgar pela ênfase no primeiro elemento e o tratamento bem mais superficial da questão das exportações.²⁷

Em resumo, embora a análise, essencialmente de curto prazo, realizada por Furtado para explicar a recuperação da economia a partir de um baixo nível de utilização de capacidade seja internamente consistente e — ao nível de abstração em que é formulada — não pareça ser refutada pela evidência disponível para o período, ela ainda permanece, neste livro, a um nível altamente especulativo. Investigações empíricas a um nível bem mais desa-

²⁶ Furtado inclui os investimentos na construção habitacional na categoria de investimentos públicos, p. 57.

²⁷ Na verdade, a discussão do problema do comércio internacional no contexto da expansão da economia brasileira é um dos pontos menos satisfatórios tanto na análise de curto prazo quanto na análise de longo prazo de Furtado. Apenas os efeitos das exportações sobre a demanda setorial, parecem ser percebidos. O efeito do recurso à poupança externa, fundamental no curto prazo, é praticamente deixada de lado na análise.

gregado serão requeridas para substanciar a maioria das hipóteses implícitas no trabalho.

A análise de longo prazo

Se a interpretação do curto prazo apresentada por Furtado é estimulante pelo seu caráter controverso e pela riqueza na sugestão de hipóteses para comprovação empírica, sua análise da taxa de crescimento de longo prazo e das condições de estabilidade do sistema é menos satisfatória. Sua idéia básica é de que uma vez que o chamado setor moderno tenha atingido plena utilização de capacidade, deverá conformar-se à sua trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo.

Esta trajetória, convencionalmente apresentada como uma abstração teórica, é aquela que a economia tomaria quando bem sucedida em ajustar o nível de seu produto real ao contínuo crescimento de seu nível de produto potencial, este último visto essencialmente como dado pelo ritmo de progresso tecnológico e — numa economia sem excedente de mão-de-obra — pela taxa de crescimento da oferta de mão-de-obra.²⁹

Furtado supõe que esta taxa de crescimento do produto potencial é o resultado das decisões de investimento tomadas pelas empresas estrangeiras e os produtores de insumos complementares — enquanto incorporadores de progresso tecnológico.³⁰ Estas

²⁸ O Anexo ao primeiro ensaio, pp. 80-87, e a seção sobre “Requisitos para que se mantenha a expansão”, p. 56, contêm o tratamento deste aspecto.

²⁹ Na literatura anglo-saxônica, a expressão *golden-age growth* é normalmente utilizada para descrever uma situação dinâmica em que a economia tem a capacidade de constantemente realizar o volume apropriado de investimentos requeridos para empregar plenamente sua crescente força de trabalho e utilizar o crescente progresso tecnológico. No caso brasileiro, mesmo que o setor industrial opere a plena capacidade ao longo do tempo, ainda há nível substancial de subemprego e desemprego no resto da economia. O atingimento de um estado de crescimento contínuo no setor industrial seria melhor considerado como uma *bastard golden-age*. Ver. J. Robinson, *Essays in the theory of Economic Growth*, (MacMillan, 1962), pp. 34-59.

³⁰ Furtado: “A taxa de crescimento do PIB é *essencialmente determinada* pela ação das empresas internacionais que respondem em medida considerável pela transmissão do progresso tecnológico” (grifo nosso), p. 82.

empresas tomam suas decisões através de uma extrapolação de elevadas taxas de crescimento observadas no passado, dado que durante certos períodos de aparente plena utilização de capacidade (1958/59 e 1971/72) suas expectativas foram inteiramente justificadas. Assim é que, para Furtado, "... não existem obstáculos do lado da oferta para que seja alcançada uma taxa de crescimento relativamente elevada" (p. 80), i.e., que impeçam elevadas taxas históricas de serem repetidas no futuro.³¹

O problema que surge no contexto da economia brasileira, segundo Furtado, é que uma vez que o produto real atinge o nível do produto potencial, há mecanismos operando no sentido de fazer com que a trajetória de crescimento equilibrado não seja mantida. Isto se deve, simplesmente, ao fato que, do lado da demanda, há uma tendência para que o dispêndio em consumo decline abaixo do nível que seria requerido para a manutenção de tal trajetória. Em termos do modelo de nossa seção anterior, o crescimento equilibrado de longo prazo é alcançado se a fatia dos lucros (P/Y) e dos salários (W/Y) no produto são constantes e se a relação capital-produto (K/Y) é constante. Para que (K/Y) seja constante ao longo do tempo, a taxa de acumulação de capital (I/K) deve igualar a taxa de crescimento do produto (\dot{Y}/Y). Dado que, em nosso modelo — e implícito na argumentação de Furtado, $I/K = (P - C_2)/K$, é claro que a manutenção da igualdade entre o produto real e o produto potencial requer que todos os lucros não investidos na sustentação de um contínuo aumento na capacidade produtiva sejam despendidos na compra de bens duráveis de consumo.

Adicionalmente, se a taxa de investimento (I/Y) permanece constante ao longo do tempo, então as taxas de crescimento da

³¹ Furtado: "Superado o efeito da passagem da situação de subemprego da capacidade instalada para outra de pleno emprego desta, é de admitir que a relação produto-capital retome seu valor histórico... e que a taxa de inversão se estabilize em torno de 17%, a taxa de crescimento tenderá, em consequência, a situar-se ao redor de 6%", p. 54. A possibilidade que a taxa de inversão se estabilize a um novo nível — ou não se estabilize — não é considerada com atenção.

demanda e da oferta tanto de bens de consumo não-duráveis quanto de bens duráveis devem se equilibrar:³²

$$\Delta C_1/C_1 = \Delta W_1/W_1$$

$$\Delta C_2/C_2 = \Delta(P_2 + W_2 + kP_1) / (P_2 + W_2 + kP_1)$$

i.é., a folha de salário dos trabalhadores deve crescer à mesma taxa que o produto das indústrias de bens de consumo não-durável e o consumo da classe média alta e dos capitalistas deve crescer à mesma taxa que o produto da indústria de bens duráveis de consumo.³³

Se supomos que: 1) tanto C_1 quanto C_2 crescem à mesma taxa que o produto total, 2) W_2/W_1 permanece constante (Furtado vê poucas possibilidades de uma maior concentração dentro da estrutura salarial -- p. 49) e 3) os proprietários dos meios de produção gastam em consumo uma proporção constante de seus lucros, então a condição para plena utilização da capacidade em C_2 é que P_2/P permaneça constante. Vale dizer, a classe dos semi-rentistas deve receber uma proporção constante dos lucros, à medida que estes crescem com o tempo. Portanto, não é necessária uma expansão da classe dos semi-rentistas, apenas que aqueles já existentes continuem recebendo uma proporção constante dos lucros.³⁴

Deve-se notar que, por simplicidade, supomos que a classe média alta possuía uma propensão média a poupar nula. Entre-

³² Na verdade, para uma economia aberta e com governo, é necessário supor que a proporção das despesas do último no produto (G/Y), assim como das exportações (X/Y) e das importações (M/Y) também não se alteram ao longo do tempo. No entanto, como já observamos anteriormente, dos diversos componentes da demanda final, $Y = C_1 + C_2 + I + G + X - M$, Furtado concentra sua análise em C_1 e, particularmente em C_2 . A função de G parece ser a de assegurar um volume adequado de emprego (L_1) que permita a utilização da capacidade de C_1 ($= wL_1$).

³³ Ver especialmente p. 59, nota 52.

³⁴ Furtado comenta, *en passant*, que "deve-se ter em conta que, alcançada certa massa crítica de poder de compra pela classe média alta, o problema de sua ampliação relativa passa a ser secundário do ponto de vista do funcionamento do sistema", p. 64.

tanto, se por qualquer razão esta classe atinge um ponto de saciedade em seu consumo e contribui positivamente para a poupança, $s (P_2 + W_2)$, a demanda de C_2 cairá abaixo do produto potencial deste setor. Portanto, se s aumenta, a manutenção da trajetória de equilíbrio dinâmico de longo prazo requer um aumento em P_2/P , ou a incorporação de novos semi-rentistas no processo de repartição dos lucros totais. Similarmente, se o produto potencial de C_2 cresce a uma taxa superior à média da economia (o caso mais provável) a utilização plena de capacidade ou a manutenção da trajetória de longo prazo requer em P_2/P .³⁵

Segundo Furtado, na “variante brasileira de capitalismo” (p. 61) cabe ao Estado não apenas assegurar a “correta” relação P_2/P através de uma ampliação do sistema de propriedade de títulos financeiros, mas também, diretamente, criar emprego e operar o salário-mínimo de forma a manter a correta evolução de W_1 . Adicionalmente o Estado deve influenciar a evolução do coeficiente de abertura da economia X/Y e M/Y de maneira que leve a uma plena utilização de capacidade em C_1 e C_2 e à “expansão da capacidade de pagamentos no exterior a uma taxa provavelmente superior à do PIB”. (p. 56).

Em resumo, acreditamos que o essencial da análise de longo prazo de Furtado esteja apresentando acima: para uma dada taxa de crescimento do produto potencial, o sistema é incapaz de gerar demanda suficiente do produto dos setores C_1 e C_2 sem que o Estado intervenha para assegurar uma correta relação P_2/P e um correto $W_1 (= wL_1)$.

Entretanto, embora a adoção de uma abstração teórica, como é o conceito de taxa de crescimento de equilíbrio da capacidade produtiva, seja útil para analisar as condições para que o produto real atinja seu potencial, esta abordagem obscurece completamente o fato de que o investimento pode ocorrer de forma a não assegurar o contínuo incremento do produto potencial. No Brasil, como

³⁵ “... a mais longo prazo o sistema depende da transformação de assalariados de alto nível em titulares de renda mista, ou seja, em semi-rentistas”, p. 61.

em todos os outros países capitalistas, houve e há ciclos de investimento privado, seja como resultado de indivisibilidades técnicas, seja como resultado de expectativas empresariais excessivamente otimistas não ratificadas posteriormente. Estas descontinuidades no processo de investimento significam que a taxa de crescimento do produto potencial é ela mesma irregular e volátil, ao contrário de contínua, como aparentemente suposta por Furtado. Adicionalmente, é sabido que o processo de investimento afeta não somente a capacidade produtiva, mas também o nível de renda efetivamente alcançado, devido a seu efeito pelo lado da demanda. Neste sentido, o processo de investimento em si pode ser responsável por variações cíclicas no produto, em vez de uma suposta tendência ao subconsumo no setor de bens de consumo durável. Com efeito, no contexto do modelo implícito na análise de Furtado, a requerida elevação em P_2/P pode matar a galinha dos ovos de ouro do investimento, mas isto não é considerado, porquanto Furtado concentra-se nas condições para realização dos planos de consumo e não trata das condições que determinam o volume de investimento privado, suposto estável e autônomo.

Se, por exemplo, a renda *familiar* da classe trabalhadora aumenta em termos reais ao longo do tempo, é necessário descartar a suposição quanto a marcadas descontinuidades nos padrões de demanda entre classes sociais, desde que trabalhadores teriam acesso ao mercado de bens de consumo durável. Nesta hipótese, a tendência ao subconsumo em C_2 é menos provável, assim como ciclos gerados por deficiência de dispêndio em consumo — e o papel central passa a ser aquele desempenhado pelo investimento (privado e público).

Esperamos que esta nota tenha conseguido aquilo que se propôs: apresentar a interpretação de Furtado através de um tratamento que chamasse a atenção para a necessidade e a possibilidade de:

a) testes mais rigorosos das suposições centrais da análise, em particular das hipóteses de acentuadas descontinuidades nas curvas de demanda e de tendência à saturação do consumo a elevados níveis de renda;

b) contínua avaliação das principais predições implícitas na análise, como, por exemplo, da necessidade de *crescente* intervenção do Estado no sentido de criar apropriadas condições de demanda de consumo; e

c) um tratamento muito mais cuidadoso do processo de investimento como causa independente de variações no produto e de descontinuidades no processo de acumulação.

obras publicadas pelo ipea

Relatórios de Pesquisa

- 1 — **Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações** — Edmar Bacha e outros.
- 2 — **Exportações Dinâmicas Brasileiras** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 3 — **Eficiência e Custos das Escolas de Nível Médio: Um Estudo Piloto na Guanabara** — Cláudio de Moura Castro.
- 4 — **Estratégia Industrial e Empresas Internacionais (Posição Relativa da América Latina e do Brasil)** — Fernando Fajnzylber.
- 5 — **Potencial de Pesquisa Tecnológica no Brasil** — Francisco A. Biato e outros.
- 6 — **A Industrialização do Nordeste — Volume I (A Economia Regional)** — David Goodman e Roberto Cavalcanti de Albuquerque.
- 7 — **Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados (Análise da Experiência Brasileira)** — Fernando Fajnzylber.
- 8 — **Colonização Dirigida no Brasil: Suas Possibilidades na Região Amazônica** — Vania Porto Tavares e outros.
- 9 — **Financiamento de Projetos Industriais no Brasil** — Wilson Suzigan e outros.
- 10 — **Ensino Técnico: Desempenho e Custos** — Cláudio de Moura Castro e outros.
- 11 — **Desenvolvimento Agrícola do Nordeste** — George F. Patrick.
- 12 — **Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra: Uma Interpretação do Problema e seu Debate** — Edmar L. Bacha e outros.
- 13 — **Avaliação do Setor Público na Economia Brasileira: Estrutura Funcional da Despesa** — Fernando Antonio Rezende da Silva.
- 14 — **Transformação da Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/70** — Carlos Von Doellinger e outros.

Monografias

- 1 — **População Economicamente Ativa da Guanabara** — Manoel Augusto Costa.
- 2 — **CrITÉrios Quantitativos para a AvaliaÇão e SeleÇão de Projetos de Investimentos** — Clóvis de Faro.
- 3 — **Exportação de Produtos Primários Não-Tradicionais (Milho, Soja, Carnes, Produtos de Madeira, Derivados de Cacau e Alimentos Processados)** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 4 — **Exportação de Manufaturados (Máquinas-Ferramenta, Máquinas de Escritório, Derivados de Cana-de-Açúcar, Produtos Siderúrgicos e Setores Potenciais)** — Carlos Von Doellinger e outros.
- 5 — **Migrações Internas no Brasil** — Manoel Augusto Costa e outros.
- 6 — **Restrições Não-Tarifárias e seus Efeitos sobre as Exportações Brasileiras** — Carlos Von Doellinger.
- 7 — **A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil** — Nuno Fidelino de Figueiredo.
- 8 — **Planejamento Regional: Métodos e Aplicação ao Caso Brasileiro** — Carlos Maurício de C. Ferreira e outros.
- 9 — **Estudos Sobre uma Região Agrícola: Zona da Mata de Minas Gerais** — Stahis S. Panagides e outros.

Série Estudos para o Planejamento

- 1 — **Variações Climáticas e Flutuações da Produção Agrícola do Centro-Sul do Brasil** — em equipe.

PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Número especial dedicado à Transferência
de Tecnologia

O IPEA publicará em março de 1973 um número especial de **Pesquisa e Planejamento Econômico** inteiramente dedicado ao problema de Transferência de Tecnologia, assunto da maior atualidade e importância no presente estágio do desenvolvimento brasileiro. O número especial tem como editor o economista José Almeida, do Instituto de Pesquisas do IPEA e reúne os seguintes artigos:

Paiva e o Dualismo Tecnológico na Agricultura: Um Comentário

William H. Nicholls

Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura

G. Edward Schuh

Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Resposta aos Comentários dos Professores Nicholls e Schuh

Ruy Miller Paiva

Notas sobre a Indústria de Bens de Capital: Tecnologia e o Papel do Setor Público

Fábio Stefano Erber

José Tavares de Araujo Jr.

Dois Estudos sobre Tecnologia Industrial no Brasil

Francisco Almeida Biato

Eduardo Augusto de Almeida

Guimarães

Transferência de Tecnologia e Absorção de Mão-de-Obra

José Almeida

IPEA — 061-72019

Pesquisa e planejamento. v. 1 — n.º 1
jun. 1971 — Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento
Econômico e Social, 1971 —
v. semestral

1. Economia — Periódicos. 2. Economia — Brasil. I. Brasil.
Instituto de Planejamento Econômico e Social

CDD. 330.05
CDU. 33:6(81) (05)

